

Belo Horizonte, 27 de Dezembro de 2016**AO
SENADO FEDERAL****Ref.: CARTA DE FIANÇA N.º: 1007903 - R\$80.350,00**

1. Pelo presente, o **BANCO NEON S/A**, CNPJ nº 00.253.448/0001-17 com sede em Belo Horizonte/MG na Av. Raja Gabaglia, nº 1143- 17º andar, por seus representantes legais infra-assinados, declara que se responsabiliza como FIADOR e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos no Artigo 827 e 828 do Código Civil Brasileiro, da empresa **COPERSON AUDIO E VÍDEO LTDA**, CNPJ: 07.648.642/0001-40 com sede em Brasília/DF - SHCS/CL 110, QUADRA 412, BLOCO B- LOJA 27 - PARTE SOBRE LOJA - ASA SUL até o limite de **R\$ 80.350,00 (oitenta mil trezentos e cinquenta reais)**, destinado à garantia do Contrato nº 0161/2016, referente ao fornecimento de equipamentos de CFTV compatíveis com o Sistema Endura da marca Pelco, com garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses, para a Secretaria de Polícia do Senado Federal, de acordo com os termos e especificações constantes do contrato, do edital e seus anexos, firmado entre a **AFIANÇADA** e o **SENADO FEDERAL**, tendo este FIADOR plena ciência dos termos do referido Edital Licitatório e das cláusulas contratuais.

2. A fiança ora concedida visa garantir o cumprimento, por parte de nossa **AFIANÇADA**, de todas as obrigações estipuladas no contrato retro mencionado, abrangendo o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à Administração contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração Contratante à **AFIANÇADA**;

3. Esta fiança é válida por 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de 27/12/2016, vencendo-se no dia **25/06/2017**.

4. Na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela **AFIANÇADA**, o

BANCO NEON S/A efetuará o pagamento das importâncias que forem devidas, no âmbito e por efeito da presente fiança, até o limite acima estipulado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento de comunicação escrita do **SENADO FEDERAL**.

5. A comunicação de inadimplemento deverá ocorrer até o prazo máximo de 90 (noventa) dias após o vencimento desta fiança.

6. Nenhuma objeção ou oposição da nossa **AFIANÇADA** será admitida ou invocada por este FIADOR com o fim de escusar-se do cumprimento da obrigação assumida neste ato e por este instrumento perante o **SENADO FEDERAL**.

7. Obriga-se este FIADOR, outrossim, pelo pagamento de quaisquer despesas judiciais e/ou extrajudiciais, bem assim por honorários advocatícios, na hipótese do **SENADO FEDERAL** se ver compelido a ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente fiança.

8. Se, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a data de vencimento desta fiança, o **BANCO NEON S/A**, não tiver recebido do **SENADO FEDERAL** qualquer comunicação relativa a inadimplemento da **AFIANÇADA**, ou termo circunstanciado de que a **AFIANÇADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato, acompanhado do original desta Carta de Fiança, esta fiança será automaticamente extinta, independentemente de qualquer formalidade, aviso, notificação judicial ou extrajudicial, deixando, em consequência, de produzir qualquer efeito e ficando o FIADOR exonerado da obrigação assumida por força deste documento.

9. Declara, ainda, este FIADOR, que a presente fiança está devidamente contabilizada e que satisfaz às determinações do Banco Central do Brasil e aos preceitos da legislação bancária aplicáveis e, que, os signatários deste instrumento estão autorizados a prestar a presente fiança.

10. Declara, finalmente, que está autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir Carta de Fiança e que o valor da presente se contém dentro dos limites que lhe são autorizados pela referida entidade federal.

BANCO NEON S.A.**Marcus Vinícius Coelho de Carvalho**
Diretor**Douglas Martins Godinho**
Diretor

Documento assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C. nº 32 de 11/09/2001 – Art. 2º.

Art 1º • Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.